



PODER LOCAL EM ÁREA DE SEGURANÇA NACIONAL: UMA ANÁLISE DA CÂMARA DE VEREADORES EM RIO GRANDE (RS)

NILTON GARCIA SAINZ¹; ALVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO²

¹Universidade Federal de Pelotas – niltonsainz@ig.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – albarret.sul@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa que busca o aprofundamento científico em uma área da Ciência Política que até agora foi pouco explorada. Trata-se de um estudo que analisa o período legislativo de 1983 da Câmara Municipal de Rio Grande (RS), possibilitando, assim, abordar a atuação dos vereadores eleitos em 1982, ainda durante o regime civil-militar. A pesquisa limita-se a esta cidade pelo fato dela ter sido considerada Área de Segurança Nacional¹ (ASN) durante a ditadura. O que explica tal condição geopolítica foram os investimentos ali aplicados na década de 70, principalmente, durante o governo Médici. Rio Grande também contava com as possibilidades estratégicas que uma cidade portuária pode oferecer (COSTA, 2011).

O fato de o município ser uma ASN fez com que ele não tivesse eleições diretas para chefe do executivo municipal. O prefeito era nomeado pelo poder executivo estadual, e aprovado pelo Presidente da República (NICOLAU, 2012). Já na esfera do legislativo, continuavam ocorrendo as eleições diretas.

Nas eleições de 1982, com o enfraquecimento do regime civil-militar, os resultados apontam para o descontentamento do eleitorado riograndino em relação ao regime, deixando a maioria da Câmara com a oposição (PMDB/PDT) por conta de uma cadeira a mais que o partido herança do regime (PDS). Por conta dessa divisão, o cenário de discussões e embates na câmara legislativa era acirrado e resultava em uma dinâmica legislativa bastante intensa.

Tabela 1: Distribuição de cadeiras legislativas por partido (Rio Grande, 1982)

PDS	PMDB	PDT	Total
10	7	4	21

Fonte: TRE-RS

Diante disso, o presente artigo busca entender como se dava a atuação da oposição ao regime civil-militar na arena legislativa e sua relação com o executivo local. Assim, a pesquisa pretende responder se: a) a oposição na Câmara Municipal de Rio Grande era ao prefeito e à ditadura (enxergando o prefeito como a face local do regime); b) a oposição era ao prefeito, porém, deixa de confrontar a ditadura (por questões de repressão, medo ou conveniência).

2. METODOLOGIA

A pesquisa ocorre por meio da análise das atas da Câmara Municipal de Rio Grande. O estudo caracteriza-se por ser quantitativo e qualitativo. Na coleta de dados é feita a leitura integral dos textos das atas e extraídos fragmentos dos discursos dos vereadores que simbolizem e demonstrem os seus

¹ A Doutrina de Segurança Nacional surgiu nos EUA, e ganhou mais força no fim da II Guerra Mundial com a ideia de proteção de valores fundamentais para vitalidade do Estado, no regime civil-militar, foi ferramenta para as políticas autoritárias e totalitárias dos militares (BICUDO, 1984).

posicionamentos. Dessa forma, para sistematizar a coleta e melhor interpretar os dados, foram criadas duas tipologias de discursos para o partido herança do Regime (PDS): (1) de apoio ao regime civil-militar, na qual é considerada qualquer manifestação de apoio ao presidente, prefeito ou demais membros do governo militar; e (2) de crítica, na qual é considerado qualquer demonstração de descontentamento com o regime político vigente, isso inclui também manifestações de apoio à democracia ou críticas à atuação de atores políticos ligados ao partido representante do governo militar. E para os partidos de oposição também foram criadas duas tipologias de discursos: (1) os de críticas ao regime civil-militar, que fica entendido como toda a denúncia ao golpe de 64, as políticas de governo realizadas pelo Executivo nacional e as demonstrações de apoio à volta da democracia; e (2) os de críticas ao Executivo local, que abarcam as denúncias e críticas por parte da oposição em relação ao regime na sua face local, ou seja, ao prefeito e a bancada do PDS.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apresentados neste trabalho, versam sobre a análise das atividades legislativas dos vereadores de Rio Grande do ano de 1983, que se refere ao primeiro ano da 9ª legislatura. Foram analisadas 110 atas que constam nos cadernos da Câmara dos Vereadores. Dentre elas, estão: sessões ordinárias, sessões extraordinárias e reuniões de comissões representativas. As próximas seções do trabalho demonstram a atuação de cada partido no período estudado.

3.1 PDS

O partido herança do regime contava com 9 vereadores em sua bancada. Na tabela 2, é possível observar o número de discursos dos legisladores que apontam para um posicionamento do partido.

Tabela 2: Discursos que demonstram posicionamento dos vereadores do PDS (Rio Grande, 1983)

Posicionamento	N
Apoio ao regime	23
Críticas ao regime	22
Total	45

Fonte: Autoral baseado em CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, *Anais*, Livros 63-64, 1983.

A maior participação da bancada do PDS acontece por meio de manifestações de apoio ao regime. Em relação aos discursos que fazem críticas ao regime civil-militar, chama a atenção o tom cauteloso das manifestações, não aprofundando os debates. É notável um consenso dos vereadores da bancada do PDS pelo encaminhamento da abertura democrática. Para exemplificar isso, fica o registro das palavras do vereador Érico Martins “[...] desejando que cristo lhes ilumine para que, a democracia que se inicia prospere e progrida entre todos, especialmente nessa casa” (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 1983, Livro 63, Ata 4.623). Também vale ressaltar, o cenário desfavorável para o partido oriundo do regime, isso fazia com que a bancada calculasse o custo político de não se posicionar em relação a alguns debates.

3.2 PMDB

É o partido oposicionista com o maior número de membros na câmara de vereadores de Rio Grande.

Tabela 3: Discursos que demonstram posicionamento dos vereadores do PMDB (Rio Grande, 1983)

Posicionamento	N
Críticas ao Executivo local	13
Críticas ao regime	56
Total	69

Fonte: Autoral baseado em CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, *Anais*, Livros 63-64, 1983.

A atuação da bancada do PMDB é considerada alta e crítica ao regime. Alguns vereadores são enfáticos na luta pela democracia e denunciavam as mazelas do país durante esse período. Como por exemplo o discurso do vereador Delamar Correa Mirapalheta:

Em 1961 a dívida externa brasileira era de cr\$ 3,4 bilhões, em 1963 caiu para cr\$ 3,1 bilhões. Em 1973 a dívida externa já chegava aos cr\$ 12,6 bilhões, e hoje dezenove anos depois do golpe militar contra Goulart, o Brasil deve cr\$ 100 bilhões [...] O resultado nos sabemos, desemprego, fome, miséria, caos nacional, o que resta saber é quem paga a dívida. A resposta do presidente é óbvia e ululante, o povo brasileiro, especialmente os trabalhadores brasileiros (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 1983, Livro 63, ata 4.634).

Já as críticas ao executivo local são em menor número, e estão principalmente focadas nas políticas administrativas e na falta de atenção do prefeito com o Legislativo.

3.3 PDT

O partido com o menor número de membros na Câmara era, com ampla vantagem, aquele que mais assomava a tribuna para proferir discursos críticos ao regime civil-militar, como fica demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4: Discursos que demonstram posicionamento dos vereadores do PDT (Rio Grande, 1983)

Posicionamento	N
Críticas ao Executivo local	18
Críticas ao regime	80
Total	98

Fonte: Autoral baseado em CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, *Anais*, Livros 63-64, 1983.

Assim, o PDT configurava-se como a maior força de oposição ao regime civil-militar na casa legislativa de Rio Grande. Chama a atenção os números da participação da bancada do PDT em relação ao outro partido oposicionista. Para além dos números, os vereadores do PDT se apresentavam como a oposição mais ferrenha ao golpe de 64 e ao regime civil-militar, como é possível demonstrar no discurso do vereador Ayrton Lopes da Silva:

Nunca como neste ano os mentores da espoliação estiveram tão desmascarados e abertamente. A nação está na crista da maior crise econômica dos cinquenta anos, de miséria, de desemprego, de fome. Os erros da política econômica foram apontados desde 1964 até o governo atual. Sendo que todos estes governos ficaram surdos as consequências desastrosas (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 1983, Livro 64, ata 4.653).

Já em relação as críticas ao Executivo local, o PDT também apresenta um número maior de discursos proferidos, e esses também giram em torno das políticas do prefeito Abel Dourado e da falta de atenção com o legislativo municipal. Assim, cabe dizer que a atuação do PDT é mais obstinada, se comparada com a do outro partido oposicionista, o PMDB.

Resumindo a atuação das oposições: juntas elas somam 136 discursos de críticas ao regime civil-militar, em 110 atas analisadas, o que dá uma média de 1,23 discursos de crítica ao regime e suas políticas por ata. Já para as críticas ao Executivo local, somam 31 discursos, fechando uma média de 0,28 discursos por ata. Apesar de não se ter conhecimento sobre um estudo semelhante que possibilite a comparação, cabe dizer que a oposição em Rio Grande é crítica e atuante em relação ao regime, denunciando o golpe de 64 e a miséria que o país enfrentava, além de estar comprometida com a luta a favor da abertura democrática e pelo reestabelecimento de eleições nas ASN.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo consegue dar indícios de como atuavam as oposições em um Legislativo municipal durante o regime civil-militar. A pesquisa serve para resgatar os estudos relativos ao período da redemocratização do país, e demonstrar como acontecia as discussões no município. A abertura democrática por via eleitoral e que foi manipulada ao decorrer da transição, garantiu a passagem gradual e pacífica de poder para as oposições democráticas, o que ajudou a criar um clima de normalização do processo político desenvolvido (ARTURI, 1995).

Logo, ao voltar à pergunta inicial da pesquisa, pode-se dizer que a oposição em Rio Grande era ao prefeito e à ditadura. As oposições não concentravam suas críticas apenas ao prefeito, mas alcançavam toda a conjuntura nacional, e também manifestava opiniões contrárias ao modo como era feita a transição durante o Governo Figueiredo. Dessa forma, a pesquisa indica que o ambiente da década de 80 era favorável para oposição tecer críticas à política do regime e também à atuação do prefeito, assim não parecendo existir retaliações por parte dos militares ou dos representantes vinculados ao partido que os representava.

5. REFERÊNCIAS

ARTURI, Carlos S. As Eleições no processo de transição à democracia no Brasil. In: BAQUERO, M. (Org.). **Brasil: opinião, transição e eleições no Brasil**. Porto Alegre. UFRGS, 1995, p.9-33.

BICUDO, H. **Segurança Nacional ou Submissão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

COSTA, L. B. A Cidade do Rio Grande ao longo da década de 1970: desenvolvimento econômico, vigilância e repressão em área de segurança nacional. **Simpósio Nacional de História – Anpuh. Anais**. São Paulo, jul., 2011.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 167.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, **Anais**, Livros 63-64, 1983.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Eleições. Resultados**. Disponível em: <www.trers.gov.br/upload/14/Municipais_Rio_Grande1982.PDF>. Acesso em: 12 mar. 2017.